

## SUMÁRIO

NOTA PRÉVIA À 15. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	7
NOTA PRÉVIA À 14. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	8
NOTA PRÉVIA À 13. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	9
NOTA PRÉVIA À 12. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	11
NOTA PRÉVIA À 11. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	13
NOTA PRÉVIA À 10. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	15
NOTA PRÉVIA À 9. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	19
NOTA PRÉVIA À 8. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	21
NOTA PRÉVIA À 7. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	23
NOTA PRÉVIA À 6. <sup>a</sup> EDIÇÃO .....	25
LISTA DE ABREVIATURAS.....	73

## TÍTULO I

## FUNÇÃO EXECUTIVA EM GERAL

## 1. NOÇÕES PRELIMINARES DA EXECUÇÃO

## § 1.º Classificação das Ações

1. Noções prévias: causa e funções da jurisdição .....	75
2. Limites políticos e práticos da função executiva .....	80
2.1 Critérios classificatórios da ação .....	81
2.2 Eficácia principal e eficácias secundárias da ação .....	82
3. Eficácias da sentença e satisfação .....	83
3.1 Eficácia declaratória .....	85
3.2 Eficácia constitutiva .....	87
3.3 Eficácia condenatória .....	88
3.4 Eficácia mandamental.....	93
3.5 Eficácia executiva .....	96

## § 2.º Do Ato Executivo

4. Natureza do ato executivo .....	98
5. Classificação dos atos executivos .....	101
6. Cumprimento do ato executivo.....	102
6.1 Extensão dos poderes do juiz no ato executivo.....	103
6.2 Requisição da força pública.....	105

7. Documentação do ato executivo.....	106
<b>§ 3.º Princípios da Função Executiva</b>	
8. Princípios fundamentais da execução.....	107
9. Princípio da autonomia .....	109
10. Princípio do título .....	111
11. Princípio da responsabilidade patrimonial.....	113
12. Princípio do resultado .....	113
13. Princípio da disponibilidade.....	114
14. Princípio da adequação.....	119
<b>§ 4.º Processo de Execução e Execução Sincrética</b>	
15. Execução autônoma.....	120
15.1 Precisão terminológica .....	120
15.2 “Condições” da ação executória.....	121
16. Natureza da função jurisdicional executiva.....	123
17. Execução incidente.....	126
17.1 Execução dos efeitos executivo imediato e mandamental antecipados.....	129
17.2 Execução do efeito executivo mediato antecipado.....	132
17.2.1 Processamento da execução.....	133
17.2.2 Execução e o <i>procedural due process</i> .....	133
17.2.3 Natureza provisória da execução .....	134
17.2.4 Execução das prestações pecuniárias, em geral, e dos alimentos indenizativos .....	135
17.2.5 Execução das prestações de dar .....	137
17.2.6 Execução das prestações <i>faciendi</i> .....	138
17.2.7 Meios de reação do executado e de terceiros .....	139
<b>2. MEIOS TÉCNICOS DA FUNÇÃO EXECUTIVA</b>	
<b>§ 5.º Espécies de Execução</b>	
18. Encadeamento dos atos executivos .....	142
<b>§ 6.º Execução Indireta</b>	
19. Meios executórios de coerção.....	146
19.1 Coerção patrimonial.....	148
19.2 Coerção pessoal.....	150
<b>§ 7.º Execução Direta</b>	
20. Meios executórios de sub-rogação.....	151
20.1 Meio do desapossamento.....	151
20.2 Meio da transformação .....	152
20.3 Meio da expropriação .....	152
20.3.1 Meio do desconto.....	153

20.3.2 Meio da adjudicação .....	153
20.3.3 Meio da alienação por iniciativa particular.....	153
20.3.4 Meio da alienação por hasta pública.....	153
20.3.5 Meio do usufruto .....	154

### 3. PRESSUPOSTOS NECESSÁRIOS PARA TODA E QUALQUER EXECUÇÃO

21. Questão de ordem: a localização dos “pressupostos necessários” no sistema processual e seu cabimento .....	155
--	-----

#### § 8.º Título Executivo

22. Natureza do título executivo .....	158
23. Eficácia do título executivo .....	162
23.1 Posição do exequente .....	162
23.2 Posição do Estado.....	163
23.3 Posição do executado .....	163
24. Conteúdo do título executivo.....	164
24.1 Identificação das partes .....	164
24.2 Identificação do resultado .....	164
24.3 Limitação da responsabilidade .....	165
25. Caracteres do título executivo .....	165
25.1 Certeza do título.....	166
25.2 Liquidez do título .....	167
25.3 Exigibilidade do título .....	168
26. Forma do título executivo .....	168

#### § 9.º Espécies de Títulos Executivos

27. Título executivo judicial.....	172
27.1 Sentença condenatória proferida no processo civil .....	173
27.2 Sentença penal condenatória.....	178
27.3 Sentença homologatória de transação e de conciliação.....	181
27.4 Sentença estrangeira homologada .....	183
27.5 Formal ou certidão de partilha.....	184
27.6 Sentença arbitral.....	185
27.7 Acordo extrajudicial homologado .....	186
28. Título executivo extrajudicial.....	187
28.1 Letra de câmbio, nota promissória, debênture, duplicata e cheque .....	188
28.1.1 Letra de câmbio .....	188
28.1.2 Nota promissória .....	189
28.1.3 Duplicata.....	189
28.1.4 Cheque.....	192
28.1.5 Debênture .....	193

28.2	Instrumento público ou particular de confissão de dívida.....	194
28.2.1	Instrumento público .....	194
28.2.2	Instrumento particular.....	195
28.2.3	Transação referendada.....	197
28.3	Contratos de caução e seguro de vida .....	198
28.4	Foro e laudêmio.....	199
28.5	Aluguel de imóvel e encargos.....	200
28.6	Custas, emolumentos e honorários de auxiliares do juízo.....	202
28.7	Certidão da dívida ativa da Fazenda Pública.....	203
28.8	Títulos previstos em leis extravagantes .....	203
28.9	Título extrajudicial estrangeiro .....	206

### § 10.º Inadimplemento

29.	Fato constitutivo da demanda executória.....	207
30.	Causas e efeitos do inadimplemento .....	208
30.1	Causa do inadimplemento.....	208
30.2	Efeitos do inadimplemento .....	209
30.2.1	Inadimplemento absoluto .....	209
30.2.2	Inadimplemento relativo.....	210
30.2.3	Inadimplemento antecipado .....	211
30.2.4	Adimplemento ruim .....	212
31.	Momento e prova do inadimplemento na demanda executória .....	212
31.1	Prova do implemento do termo ( <i>mora ex persona</i> ) .....	213
31.2	Prova do implemento da condição .....	214
31.3	Prova do implemento do prazo de espera .....	215
32.	Inadimplemento das obrigações bilaterais.....	220
32.1	Controle da inicial .....	222
32.2	Prazo da suspensão.....	222
32.3	Despesas e honorários .....	222
33.	Consequências da falta do inadimplemento e adimplemento ulterior .....	223
34.	Tempo e forma da oposição do executado.....	223

## 4. INSTITUTOS GERAIS DA FUNÇÃO EXECUTIVA

### § 11.º Responsabilidade Patrimonial

35.	Conceito e natureza da responsabilidade patrimonial do executado .....	224
36.	Responsabilidade patrimonial primária e secundária.....	229
36.1	Casos especiais de responsabilidade primária .....	230
36.1.1	Bens do devedor na posse de terceiros.....	230
36.1.2	Bens do devedor alienados ou gravados em fraude contra a execução.....	232
36.2	Responsabilidade do sucessor a título singular.....	232

36.3	Responsabilidade do sócio.....	233
36.3.1	Fundamento da responsabilidade do sócio.....	233
36.3.2	Benefício de ordem do sócio.....	236
36.4	Responsabilidade do cônjuge.....	237
37.	Limitações da responsabilidade patrimonial do obrigado.....	237
38.	Classificação da impenhorabilidade.....	238
38.1	Impenhorabilidade material absoluta.....	240
38.2	Impenhorabilidade material relativa.....	241
38.2.1	Regime da comunhão parcial.....	242
38.2.2	Regime da comunhão universal.....	243
38.2.3	Regime da separação total.....	244
38.2.4	Regime dotal.....	244
38.2.5	Regime de participação final nos aquestos.....	244
38.3	Impenhorabilidade processual absoluta.....	245
38.4	Impenhorabilidade processual relativa.....	245
39.	Princípios da impenhorabilidade.....	245
39.1	Tipicidade da impenhorabilidade.....	245
39.2	Disponibilidade da impenhorabilidade.....	247
40.	Bens de penhorabilidade controvertida.....	249
40.1	Penhorabilidade dos bens hipotecados, empenhados e anticréticos.....	249
40.2	Penhorabilidade das cotas sociais.....	250
40.3	Penhorabilidade do telefone.....	252
40.4	Penhorabilidade das próteses.....	253
40.5	Outros bens e a impenhorabilidade dos alimentos.....	253
	Subseção I – Impenhorabilidade absoluta.....	254
41.	Natureza e finalidade do benefício de competência.....	254
42.	Limites positivos do benefício de competência.....	254
42.1	Bens inalienáveis.....	255
42.2	Seguro de vida.....	255
42.3	Recursos públicos com destinação social.....	255
42.4	Depósitos em caderneta de poupança.....	257
42.5	Recursos públicos do fundo partidário.....	257
	Subseção II – Impenhorabilidade relativa.....	258
43.	Limites positivos da impenhorabilidade relativa.....	258
43.1	Pacto de impenhorabilidade.....	259
43.2	Impenhorabilidade relativa dos bens domésticos.....	259
43.3	Impenhorabilidade relativa dos bens pessoais.....	260
43.4	Impenhorabilidade relativa da remuneração da pessoa natural.....	261
43.5	Livros, máquinas, ferramentas, utensílios e instrumentos necessários ou úteis ao exercício de profissão.....	265

43.6	Materiais de obras em andamento.....	268
43.7	Impenhorabilidade relativa de frutos e rendimentos dos bens inalienáveis.....	268
43.8	Impenhorabilidade relativa das imagens e objetos de culto religioso .....	269
43.9	Impenhorabilidade relativa de outros bens do executado em caso de direito de retenção do credor .....	270
43.10	Impenhorabilidade relativa da pequena propriedade rural e da sede da moradia.....	271
43.11	Impenhorabilidade relativa do bem de família .....	272
43.11.1	Origem e evolução da impenhorabilidade do bem de família e da residência familiar.....	272
43.11.2	Fundamento da impenhorabilidade da residência familiar .....	276
43.11.3	Objeto da impenhorabilidade da residência familiar .....	278
43.11.3.1	Impenhorabilidade do prédio .....	278
43.11.3.2	Impenhorabilidade do conteúdo.....	283
43.11.4	Beneficiários da impenhorabilidade da residência familiar .....	285
43.11.5	Exceções à impenhorabilidade da residência familiar .....	288
43.11.5.1	Crédito dos trabalhadores residenciais.....	289
43.11.5.2	Crédito do financiador da residência.....	289
43.11.5.3	Crédito alimentar .....	290
43.11.5.4	Crédito tributário, preço público e despesas condominiais.....	290
43.11.5.5	Crédito hipotecário.....	291
43.11.5.6	Crédito resultante da sentença penal condenatória.....	292
43.11.5.7	Crédito decorrente de fiança locatícia .....	292
Subseção III – Invalidação da penhora.....		293
44.	Invalidade da constrição pela impenhorabilidade do bem .....	293
45.	Direito intertemporal em matéria de impenhorabilidade .....	294
<b>§ 12.º Fraude na Execução</b>		
46.	Fraude à execução e responsabilidade patrimonial .....	295
47.	Requisitos da fraude contra o processo executivo .....	299
47.1	Litispendência como elemento da fraude.....	299
47.2	Frustração do meio executório como elemento da fraude .....	302
48.	Tipicidade da fraude contra o processo executivo.....	303
48.1	Pendência de ação fundada em direito real .....	304
48.2	Pendência de ação capaz de reduzir o devedor ao estado de insolvência.....	304
48.3	Pendência da ação executória e da ação cautelar. Alienação dos bens penhorados, arrestados ou sequestrados.....	305
48.4	Transferência da impenhorabilidade da residência familiar .....	311
48.5	Demais casos de fraude .....	312
48.5.1	Fraude na execução fiscal.....	313
48.5.2	Fraude após a averbação do ajuizamento .....	314

49. Procedimento e efeitos da declaração de existência da fraude contra o processo executivo.....	314
<b>§ 13.º Obrigações e Execução</b>	
50. Título executivo e obrigação .....	317
51. Classificação das obrigações na lei processual.....	318
51.1 Obrigações líquidas e ilíquidas.....	321
51.2 Obrigações conjuntivas e alternativas .....	322
51.3 Obrigações condicionais e a termo.....	323
51.4 Obrigações divisíveis e indivisíveis .....	324
<b>§ 14.º Liquidação do Título Judicial</b>	
52. Ação de liquidação de título judicial .....	324
52.1 Causa da liquidação.....	325
52.1.1 Proibição da condenação genérica.....	326
52.1.2 Liquidez e espécies de obrigação .....	328
52.1.3 Casos de liquidação obrigatória.....	328
52.1.4 Liquidação e título extrajudicial.....	329
52.2 Natureza da liquidação .....	330
52.3 Liquidação e inexistência da obrigação .....	331
53. Pressupostos processuais na liquidação.....	332
54. Legitimidade ativa e passiva na ação de liquidação .....	333
55. Resultado prático da ação de liquidação: procedência e improcedência .....	334
55.1 Coisa julgada resultante da liquidação .....	335
55.2 Correção do erro material.....	336
55.3 Renovação da liquidação .....	337
55.4 Sucumbência na liquidação .....	338
56. Execução da parte líquida e liquidação da parte ilíquida do título .....	338
57. Liquidação e espécies de execução .....	339
58. Procedimentos da ação de liquidação de título judicial .....	340
58.1 Liquidação por cálculo .....	340
58.1.1 Natureza da liquidação por cálculo .....	340
58.1.2 Liquidação por cálculo e execução por quantia certa.....	344
58.1.3 Casos de liquidação por cálculo .....	345
58.1.4 Requisitos da planilha.....	347
58.1.5 Recursos cabíveis .....	349
58.2 Liquidação por arbitramento.....	350
58.3 Liquidação por artigos.....	352
58.4 Princípio da fidelidade ao título .....	353
<b>§ 15.º Cumulação de Execuções</b>	
59. Natureza e efeitos da cumulação de execuções .....	355
60. Requisitos da cumulação inicial de execuções .....	357
60.1 Identidade de partes .....	357

60.2	Identidade de competência.....	358
60.3	Identidade de meios executórios.....	359
61.	Inadmissibilidade da cumulação e suas consequências.....	359
62.	Cumulação sucessiva. Execuções simultâneas e sucessivas .....	361
<b>§ 16.º Cumprimento por Iniciativa do Obrigado</b>		
63.	Natureza da “execução” por iniciativa do obrigado .....	362
64.	Procedimento do cumprimento por iniciativa do obrigado .....	363
64.1	Cabimento do cumprimento voluntário.....	363
64.2	Legitimidade de terceiro .....	364
64.3	Pressupostos processuais e competência.....	364
64.4	Intimação do credor .....	364
64.5	Efeitos do depósito .....	365
64.6	Resolução do incidente.....	365
<b>§ 17.º Execução Provisória</b>		
65.	Fundamentos da execução provisória de título judicial.....	365
65.1	Caráter definitivo da execução de título extrajudicial.....	367
65.2	Particularidades da execução definitiva de título judicial.....	369
65.3	Particularidades da execução provisória de título judicial.....	370
66.	Princípios da execução provisória .....	374
66.1	Escolha do meio executório .....	374
66.2	Responsabilidade objetiva do credor.....	375
66.3	Pressupostos da satisfação do exequente.....	376
66.4	Restituição ao estado prístino.....	380
67.	Procedimento da execução provisória .....	383
67.1	Oportunidade da execução provisória.....	383
67.2	Autos da execução provisória.....	383
67.3	Prestação de caução .....	386
67.4	Extinção da execução provisória .....	387
67.5	Cabimento da impugnação do executado .....	387
<b>§ 18.º Medidas Cautelares e Satisfativas na Execução</b>		
68.	Função cautelar incidente no processo executivo .....	388
69.	Momento e procedimento das medidas antecipatórias.....	390
<b>§ 19.º Responsabilidade do Exequente</b>		
70.	Responsabilidade do exequente no processo executivo .....	391
70.1	Natureza da responsabilidade.....	392
70.2	Requisitos de incidência da regra .....	392
70.3	Extensão da responsabilidade perante terceiros .....	394
70.4	Efeitos da incidência.....	394
<b>§ 20.º Comportamento Processual do Executado</b>		
71.	Lealdade processual no processo executivo.....	395
72.	Tipicidade do comportamento processual.....	397
73.	Efeitos da deslealdade do executado .....	400



## TÍTULO II

## RELAÇÃO PROCESSUAL EXECUTIVA

## 5. PRESSUPOSTOS GERAIS DA RELAÇÃO

Seção I – Noções gerais .....	403
<b>§ 21.º Pressupostos Processuais</b>	
74. Pressupostos processuais e demanda executória .....	403
75. Conceito de pressupostos processuais .....	406
76. Classificação dos pressupostos processuais .....	408
77. Controle dos pressupostos processuais .....	408
77.1 Oportunidade de controle dos pressupostos processuais .....	409
77.2 Ônus da prova no controle dos pressupostos processuais .....	409
Seção II – Dos pressupostos processuais subjetivos do juízo .....	410
<b>§ 22.º Jurisdição</b>	
78. Existência de jurisdição e processo executivo .....	410
78.1 Órgãos especiais de jurisdição .....	411
78.2 Natureza do ato jurisdicional .....	411
79. Limites e controle da jurisdição no processo executivo .....	413
<b>§ 23.º Competência</b>	
80. Competência e processo executivo .....	414
80.1 Massa de lides e sua distribuição .....	414
80.2 Conceito de competência .....	415
80.3 Identificação dos órgãos jurisdicionais .....	416
80.4 Enumeração dos dados utilizados para vincular a lide ao órgão .....	416
80.5 Provocação do processo e problema de competência .....	417
80.6 Espécies de competência .....	417
81. Competência na execução fundada em título judicial .....	418
81.1 Execução do título produzido nas causas de competência originária do segundo grau .....	419
81.2 Execução do título produzido nas causas de competência do primeiro grau .....	420
81.3 Execução do título produzido no juízo arbitral .....	423
81.4 Execução do título produzido no juízo penal .....	424
81.5 Execução da sentença estrangeira homologada .....	425
82. Competência na execução fundada em título extrajudicial .....	425
82.1 Competência geral na execução de título extrajudicial .....	425
82.1.1 Competência interna .....	426
82.1.2 Competência internacional .....	427
82.2 Competência na execução baseada em certidão da dívida ativa .....	427

82.3	Competência na execução coletiva.....	430
83.	Competência nos processos incidentais, concurso de preferências e modificações da competência.....	430
84.	Controle da competência. Exceção de incompetência .....	431
84.1	Cabimento da exceção nas execuções individual e coletiva.....	432
84.2	Momento e forma da exceção de incompetência.....	432
84.3	Exceção autônoma e por via de embargos.....	433
84.4	Procedimento e efeito da exceção.....	433
<b>§ 24.º Imparcialidade</b>		
85.	Imparcialidade do juiz na execução.....	434
86.	Causas de frustração da imparcialidade.....	435
87.	Controle da imparcialidade. Exceção de impedimento ou suspeição.....	437
87.1	Cabimento da exceção. Auxiliares do juízo.....	437
87.2	Momento e forma da exceção de impedimento ou suspeição .....	437
87.3	Exceção autônoma e por via de embargos.....	438
87.4	Procedimento e efeito da exceção.....	438
<b>Seção III – Dos pressupostos processuais subjetivos das partes.....</b>		
88.	Questão de ordem: importância da noção de parte e pressupostos processuais....	438
<b>§ 25.º Personalidade Processual</b>		
89.	Personalidade processual no processo executivo .....	440
90.	Controle da falta de personalidade processual .....	442
<b>§ 26.º Capacidade Processual</b>		
91.	Capacidade processual na execução .....	442
91.1	Capacidade processual plena.....	442
91.2	Capacidade processual relativa e assistência .....	443
91.3	Incapacidade processual e representação .....	443
92.	Integração da capacidade processual .....	444
92.1	Integração da capacidade processual pelo cônjuge .....	444
92.2	Integração da capacidade processual por curador especial .....	444
93.	Intervenção do Ministério Público .....	446
94.	Controle dos defeitos de capacidade processual.....	446
94.1	Momento de verificação do defeito .....	446
94.2	Conhecimento de ofício do defeito. Iniciativa subsidiária da parte .....	447
94.3	Efeitos da falta de capacidade ou defeito na representação .....	447
94.4	Perda superveniente da capacidade processual .....	447
94.5	Efeitos da inércia do interessado .....	447
94.6	Efeitos da sanção pelo interessado.....	448
<b>§ 27.º Capacidade Postulatória</b>		
95.	Função pública do advogado e processo executivo.....	448

95.1	Atos privativos de advogado na execução .....	449
95.2	Prova da outorga do mandato.....	449
95.3	Natureza do vício da falta ou irregularidade insuprida de capacidade postulatória.....	450
96.	Controle dos defeitos de capacidade postulatória .....	450
96.1	Momento de verificação do defeito .....	451
96.2	Conhecimento de ofício do defeito .....	451
96.3	Efeitos da falta ou perda da capacidade postulatória.....	451
96.4	Efeitos da inércia do interessado .....	451
96.5	Efeitos da sanção pelo interessado.....	451
§ 28.º Legitimidade		
Subseção I – Noções gerais.....		452
97.	Partes legítimas no processo executivo.....	452
98.	Parte e terceiro no processo executivo.....	454
99.	Litisconsórcio ativo e passivo no processo de execução.....	456
100.	Intervenção de terceiros na demanda executória.....	458
101.	Classificação da legitimidade de parte no processo executivo .....	459
Subseção II – Legitimidade ativa .....		460
102.	Legitimidade ativa ordinária primária .....	460
103.	Legitimidade ativa ordinária superveniente.....	462
103.1	Legitimidade superveniente do ofendido.....	462
103.2	Legitimidade superveniente do espólio, herdeiros e sucessores do credor.....	463
103.3	Legitimidade superveniente do cessionário .....	463
103.4	Legitimidade superveniente do sub-rogado .....	464
103.5	Legitimidade superveniente do cidadão.....	465
104.	Legitimidade ativa extraordinária .....	465
104.1	Legitimidade extraordinária autônoma exclusiva.....	465
104.2	Legitimidade extraordinária autônoma concorrente.....	465
Subseção III – Legitimidade passiva .....		467
105.	Legitimidade passiva ordinária primária .....	467
106.	Legitimidade passiva ordinária superveniente.....	468
106.1	Legitimidade do espólio, herdeiros e sucessores do devedor.....	468
106.2	Legitimidade passiva do novo devedor .....	469
107.	Legitimidade passiva extraordinária .....	469
107.1	Legitimidade extraordinária do fiador judicial .....	471
107.2	Legitimidade extraordinária do fiador convencional.....	471
107.3	Legitimidade extraordinária do responsável tributário.....	474
107.4	Legitimidade extraordinária do sucessor a título singular.....	476
107.5	Legitimidade extraordinária do sócio .....	476

107.6	Legitimidade extraordinária do cônjuge .....	477
107.7	Legitimidade extraordinária do síndico, comissário, liquidante, inventariante e administrador .....	478
108.	Assistência no processo executivo .....	478
Seção IV – Dos pressupostos processuais objetivos extrínsecos à relação processual .....		480
<b>§ 29.º Litispendência</b>		
109.	Litispendência no processo de execução .....	480
110.	Controle da litispendência no processo executivo .....	482
<b>§ 30.º Coisa Julgada</b>		
111.	Coisa julgada e processo executivo .....	483
112.	Controle do <i>ne bis in idem</i> no processo executivo .....	487
<b>§ 31.º Perempção</b>		
113.	Perempção no processo executivo .....	487
<b>§ 32.º Pagamento ou Garantia das Custas</b>		
114.	Pagamento ou depósito prévio da sucumbência.....	488
115.	Caução para garantir custas e honorários na execução fundada em título judicial .....	489
Seção V – Dos pressupostos processuais objetivos intrínsecos à relação processual .....		489
<b>§ 33.º Invalidades</b>		
116.	Invalidades no processo executivo .....	489
116.1	Classificação das invalidades .....	490
116.2	Nulidades cominada e não cominada .....	492
117.	Nulidades cominadas no processo executivo .....	493
117.1	Falta de certeza, liquidez e exigibilidade do título executivo .....	493
117.2	Citação inexistente ou nula do executado .....	494
117.3	Verificação do termo ou condição.....	494
118.	Momento, forma e preclusão do controle das invalidades .....	494
119.	Adequação do procedimento .....	495

## 6. FORMAÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO

Seção I – Petição inicial da execução .....		497
<b>§ 34.º Princípio da Demanda</b>		
120.	Demanda no processo executivo .....	497
121.	Impulso oficial na execução .....	499
122.	Petição inicial e formação do processo executivo.....	500
<b>§ 35.º Requisitos da Petição Inicial</b>		
123.	Requisitos gerais e específicos da petição inicial da demanda executória.....	502
123.1	Pedido da ação executória.....	504

123.2	Fatos e fundamentos jurídicos do pedido.....	506
123.3	Explicitação do valor da causa.....	506
123.4	Produção de provas no processo executivo.....	507
123.5	Indicação da espécie de execução.....	508
123.6	Intimação dos titulares de direito real de garantia e do usufrutuário.....	509
123.7	Memória de cálculo da dívida.....	510
123.8	Requerimento e modos de citação do executado.....	511
123.9	Indicação de bens na inicial.....	513
123.10	Quebra do sigilo bancário.....	513
<b>§ 36.º Efeitos da Propositura da Ação Executória</b>		
124.	Propositura e ajuizamento da demanda executória.....	516
125.	Efeitos da propositura da ação executória.....	517
125.1	Prevenção no processo executivo.....	518
125.2	Litispêndência.....	518
125.3	Litigiosidade e indisponibilidade patrimonial relativa.....	518
125.4	Constituição em mora do executado.....	519
125.5	Prescrição e demanda executória.....	519
125.6	Averbação do ajuizamento da execução.....	521
125.6.1	Natureza da averbação.....	522
125.6.2	Procedimento da averbação.....	523
125.6.3	Efeitos da averbação do ajuizamento.....	524
125.6.4	Responsabilidade do exequente pela averbação indevida.....	524
Seção II – Controle da petição inicial.....		522
<b>§ 37.º Emendas da Petição Inicial</b>		
126.	Princípio da aproveitabilidade da petição inicial.....	525
127.	Possibilidade e impossibilidade de conversão do procedimento.....	526
<b>§ 38.º Indeferimento da Petição Inicial</b>		
128.	Extinção liminar do processo executivo.....	527
129.	Pronunciamento extintivo e recurso cabível.....	529
<b>§ 39.º Deferimento Liminar da Execução</b>		
130.	Deferimento da inicial e citação do executado.....	529
<b>7. SUSPENSÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b>		
<b>§ 40.º Noções Gerais</b>		
131.	Noções de crise da relação processual e conceito de suspensão do processo.....	530
132.	Classificação dos eventos suspensivos do processo.....	534
133.	Meios executórios e suspensão do processo executivo.....	535
<b>§ 41.º Suspensão Obrigatória</b>		
134.	Efeito suspensivo da oposição do executado.....	535
134.1	Necessidade de pedido expresso do executado.....	537

134.2	Caráter excepcional e <i>ope iudicis</i> da suspensão.....	538
134.3	Pressupostos da concessão de efeito suspensivo à oposição do executado..	538
134.4	Prosseguimento da execução mediante caução .....	540
134.5	Recurso cabível no incidente de suspensão .....	541
135.	Efeito suspensivo dos embargos de terceiro .....	541
136.	Efeito suspensivo da remição (adjudicação por terceiro) .....	543
137.	Morte ou perda da capacidade processual das partes, do representante legal ou do procurador .....	543
137.1	Morte ou perda da capacidade processual da parte.....	543
137.2	Morte ou perda da capacidade processual do representante.....	544
137.3	Morte ou perda da capacidade postulatória do advogado.....	544
138.	Exceção de incompetência relativa, suspeição e impedimento .....	545
139.	Efeito suspensivo na execução de obrigação bilateral .....	546
140.	Efeito suspensivo da frustração da alienação de imóvel de incapaz .....	546
141.	Força maior no processo executivo .....	547
142.	Falta de bens penhoráveis.....	547
143.	Falta de localização do executado .....	549
144.	Suspensão cautelar do processo executivo .....	550
145.	Suspensão da insolvência civil.....	552
<b>§ 42.º Suspensão Voluntária</b>		
146.	Suspensão convencional genérica.....	552
147.	Suspensão dilatória .....	553
147.1	Parcelamento ilimitado .....	553
147.2	Parcelamento limitado .....	555
147.2.1	Domínio de aplicação do parcelamento limitado.....	556
147.2.2	Prazo e forma do pedido de parcelamento limitado .....	557
147.2.3	Efeitos da apresentação do pedido de parcelamento limitado ..	557
147.2.4	Conteúdo e requisitos do pedido de parcelamento limitado ....	559
147.2.5	Contraditório no pedido de parcelamento limitado .....	560
147.2.6	Efeitos do deferimento do pedido de parcelamento limitado ...	561
147.2.7	Prosseguimento da execução no caso de inadimplemento .....	561
<b>§ 43.º Conversão da Execução</b>		
148.	Frustração da execução específica e conversão da execução.....	562
<b>§ 44.º Efeitos da Suspensão</b>		
149.	Efeitos da suspensão do processo executivo.....	562
<b>8. EXTINÇÃO DO PROCESSO EXECUTIVO</b>		
<b>§ 45.º Noções Gerais</b>		
150.	Natureza do ato extintivo .....	564
151.	Classificação das sentenças no processo executivo .....	567

152. Forma da sentença no processo executivo .....	567
153. Recurso cabível contra o ato extintivo.....	569
154. Eficácia da sentença executiva.....	570
<b>§ 46.º Extinção Própria</b>	
155. Cumprimento espontâneo da obrigação.....	571
155.1 Cumprimento espontâneo no desapossamento .....	572
155.2 Cumprimento espontâneo na transformação.....	572
155.3 Cumprimento espontâneo na coerção patrimonial.....	572
155.4 Cumprimento espontâneo na coerção pessoal.....	572
155.5 Cumprimento espontâneo no desconto em folha .....	572
155.6 Cumprimento espontâneo na expropriação. Remição da execução .....	573
155.6.1 Generalidades .....	573
155.6.2 Procedimento da remição da execução .....	574
155.6.2.1 Momento adequado .....	575
155.6.2.2 Legitimidade para remir .....	576
155.6.2.3 Oposição do credor .....	576
155.6.2.4 Objeto do depósito .....	576
155.6.2.5 Recurso cabível contra o indeferimento .....	577
155.6.2.6 Efeitos do depósito .....	577
156. Êxito dos meios executórios.....	578
<b>§ 47.º Extinção Imprópria</b>	
157. Extinção por reflexo da procedência dos embargos .....	578
158. Extinção da dívida .....	579
159. Desistência da execução .....	580
160. Extinção da execução infrutífera .....	581
161. Provimento de recurso na execução provisória ou definitiva.....	581
162. Extinção de ordem processual .....	582
<b>§ 48.º Despesas Processuais e Honorários na Execução</b>	
163. Responsabilidade por despesas processuais.....	582
163.1 Conceito e classificação das despesas .....	583
163.2 Dever de o exequente antecipar as despesas .....	584
163.3 Responsabilidade geral do executado .....	585
163.4 Concessão do benefício da gratuidade ao devedor .....	586
163.5 Despesas processuais da Fazenda Pública.....	588
164. Honorários de advogado na execução .....	589
164.1 Cabimento dos honorários.....	590
164.2 Momento da fixação.....	593
164.3 Montante dos honorários.....	594
164.4 Natureza do provimento e recurso.....	596
165. Responsabilidade da parte vencida .....	596

## TÍTULO III

## PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS COMUNS

## 9. EXECUÇÃO PARA ENTREGA DE COISA

Seção I – Execução por desapossamento .....	597
§ 49.º Noções Gerais da Execução por Desapossamento	
166. Campo de atuação do desapossamento .....	597
167. Certeza da coisa no desapossamento .....	600
168. Objeto do desapossamento .....	600
169. Título executivo na execução para entrega de coisa.....	601
Subseção I – Execução para entrega de coisa .....	602
§ 50.º Procedimento da Execução	
170. Liquidação obrigatória das benfeitorias.....	602
171. Citação e opções do executado.....	605
172. Frustração do meio executório .....	609
173. Desapossamento da coisa litigiosa.....	609
174. Levantamento da coisa e embargos.....	611
175. Extinção do processo executivo .....	612
Subseção II – Execução para entrega de coisa incerta.....	613
§ 51.º Noções Gerais da Execução para Entrega de Coisa Incerta	
176. Objeto do desapossamento e título executivo .....	613
§ 52.º Procedimento da Execução	
177. Incidente de individualização da coisa .....	614
177.1 Diferenças procedimentais segundo a titularidade da escolha.....	614
177.2 Impugnação à escolha.....	615
178. Prosseguimento do processo executivo .....	615
Seção III – Execução por coerção patrimonial.....	616
§ 53.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial	
179. Cabimento de multa na entrega de coisa.....	616
10. EXECUÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DE FAZER E DE NÃO FAZER	
§ 54.º Noções Gerais da Execução das Obrigações de Fazer e das Ordens Judiciais	
180. Execução específica das obrigações de fazer e das ordens judiciais .....	617
181. Título executivo da obrigação de fazer .....	619
Subcapítulo I – Execução por transformação.....	620
§ 55.º Objeto do Procedimento da Execução por Transformação	
182. Objeto do fazer: fungibilidade e infungibilidade .....	620



Seção I – Obrigação fungível.....	621
§ 56.º Procedimento da Execução da Obrigação Fungível	
Subseção I – Fase postulatória .....	621
183. Deferimento da inicial e estipulação do prazo de cumprimento .....	621
183.1 Heterogeneidade do prazo .....	621
183.2 Modos de fixação do prazo .....	622
183.3 Prorrogação do prazo .....	622
183.4 Inserção do prazo no mandado executivo .....	623
183.5 Natureza do ato decisório e recurso.....	623
184. Caracterização e determinação do fazer .....	623
185. Atitudes do executado após a citação ou a intimação .....	624
185.1 Cumprimento total e parcial. Consequências.....	624
185.2 Inércia do executado .....	625
185.3 Oposição do executado. Prazo .....	625
Subseção II – Fase instrutória .....	625
186. Atitudes do exequente após o descumprimento.....	625
186.1 Conversão do procedimento .....	626
186.2 Execução por terceiro .....	627
186.2.1 Definição da fungibilidade.....	627
186.2.2 Efetivação extrajudicial.....	628
186.2.3 Escolha do terceiro.....	628
186.2.4 Apresentação da proposta e manifestação das partes.....	629
186.2.5 Preferência do exequente e formalização do negócio .....	629
186.2.6 Adiantamento do preço.....	630
Subseção III – Incidentes da transformação.....	630
187. Retratabilidade da transformação .....	630
188. Insucesso da escolha.....	631
189. Execução de custeamento.....	631
190. Execução pelo credor.....	632
190.1 Prazo para exercer o direito de preferência.....	632
190.2 Despesas da execução .....	632
190.3 Prazo de execução.....	632
190.4 Custeamento da execução.....	633
190.5 Verificação do cumprimento .....	633
191. Descumprimento do contratante.....	633
191.1 Prazo de reclamação.....	633
191.2 Contraditório no incidente .....	634
191.3 Nova execução de custeamento .....	634
191.4 Responsabilidade subsidiária do executado.....	635
191.5 Extinção imprópria da execução.....	635

Subseção IV – Fase final.....	635
192. Controle da prestação de fazer.....	635
192.1 Casos de cabimento do controle .....	635
192.2 Procedimento do controle.....	636
193. Extinção da execução da obrigação de fazer fungível.....	637
Seção II – Obrigação infungível .....	637
<b>§ 57.º Procedimento da Execução da Obrigação Infungível</b>	
194. Infungibilidade da obrigação de fazer.....	637
194.1 Pessoaalidade do fazer .....	637
194.2 Licença administrativa .....	638
194.3 Prazo de cumprimento.....	638
194.4 Embargos do executado .....	639
195. Liquidação e execução das perdas e danos .....	639
Seção III – Obrigação de não fazer .....	639
<b>§ 58.º Procedimento da Execução da Obrigação Negativa</b>	
Subseção I – Noções gerais.....	639
196. Execução específica das obrigações negativas .....	639
196.1 Título executivo .....	641
196.2 Objeto da obrigação negativa .....	641
197. Comprovação do fato indébito .....	642
Subseção II – Procedimento em espécie.....	642
198. Procedimento da execução para desfazer .....	642
198.1 Prazo de desfazimento .....	642
198.2 Caracterização e determinação do desfazer .....	643
198.3 Citação ou intimação e atitudes do executado.....	643
198.4 Manutenção excepcional dos efeitos materiais da ofensa .....	643
199. Conversão do procedimento executivo .....	644
200. Extinção da execução .....	644
Seção IV – Obrigação de declarar a vontade .....	644
<b>§ 59.º Procedimento da Execução da Obrigação de Declarar a Vontade</b>	
Subseção I – Noções gerais.....	644
201. Fungibilidade da declaração de vontade.....	644
202. Natureza da ação nascente do contrato preliminar .....	646
202.1 Título da substituição .....	647
202.2 Objeto da declaração de vontade .....	648
202.3 Formulação do pedido e sua correção .....	650
203. Adjudicação compulsória e ação nascente dos contratos preliminares .....	650
204. Execução das sentenças substitutivas da vontade do obrigado .....	653

204.1	Modalidade dos atos executivos.....	654
204.2	Desapossamento do obrigado .....	655
204.3	Aplicação do meio executório da coação patrimonial .....	655
Subseção II – Execução específica do compromisso .....		656
205.	Requisitos da execução específica do contrato preliminar de compra e venda ....	656
205.1	Instrumento do contrato preliminar .....	657
205.2	Quitação do preço e sua oportunidade .....	657
205.3	Irretratabilidade e arrependimento .....	658
205.4	Registro do contrato preliminar .....	658
205.5	Outorga uxória e eficácia condenatória .....	660
Subcapítulo II – Execução por coerção patrimonial .....		661
<b>§ 60.º Noções Gerais da Execução por Coerção Patrimonial</b>		
206.	Fundamento do meio executório da coerção patrimonial.....	661
207.	Obrigações sujeitas ao meio executório da coerção patrimonial.....	664
208.	Cabimento da multa na execução contra a Fazenda Pública.....	665
<b>§ 61.º Procedimento da Execução por Coerção Patrimonial</b>		
209.	Aplicação da pena pecuniária .....	666
209.1	Cominação e demanda condenatória .....	667
209.2	Valor da pena.....	668
209.3	Duração da pena .....	669
209.4	Exclusão da pena .....	670
209.5	Pena pecuniária e perdas e danos.....	671
209.6	Opção por outro meio executório.....	672
210.	Desenvolvimento e extinção da execução .....	672

## 11. EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR SOLVENTE

Seção I – Noções gerais .....		675
<b>§ 62.º Obrigação Pecuniária</b>		
211.	Obrigação pecuniária e expropriação .....	675
211.1	Atributos da obrigação pecuniária .....	677
211.2	Espécies de prestações pecuniárias .....	678
211.3	Reajuste das prestações pecuniárias.....	679
212.	Expropriação singular e coletiva.....	680
213.	Técnicas de expropriação forçada e fases do seu procedimento.....	681
Seção II – Fase inicial da expropriação .....		683
<b>§ 63.º Citação do Executado</b>		
214.	Ajuizamento da demanda executória .....	683
215.	Citação do executado na expropriação.....	684

215.1 Modos de citação.....	684
215.2 Contagem do prazo e alternativas.....	685
<b>§ 64.º Pagamento</b>	
216. Cumprimento da obrigação pecuniária pelo executado.....	687
217. Solução do incidente de cumprimento. Recurso cabível.....	689
<b>§ 65.º Pré-Penhora</b>	
218. Natureza e finalidade da pré-penhora.....	689
219. Procedimento da pré-penhora.....	690
219.1 Pressupostos objetivos da pré-penhora.....	691
219.2 Forma da pré-penhora.....	691
219.3 Citação do executado.....	692
219.4 Pagamento superveniente.....	692
219.5 Intimação da conversão em penhora.....	693
219.6 Caducidade da pré-penhora.....	694
Subseção I – Noções gerais.....	694
<b>§ 66.º Penhora, Avaliação e Depósito</b>	
220. Natureza jurídica da penhora.....	694
221. Conceito de penhora.....	697
222. Início da eficácia da penhora.....	698
223. Efeitos da penhora no plano material.....	699
223.1 Ineficácia relativa dos atos de disposição.....	699
223.2 Reorganização da posse.....	701
223.3 Perda do direito de fruição.....	702
224. Efeitos da penhora no plano processual.....	703
224.1 Individualização de bens no patrimônio do executado.....	703
224.2 Conservação dos bens penhorados.....	703
224.3 Direito de preferência.....	704
224.4 Desencadeamento da técnica expropriativa.....	704
225. Extensão da penhora. Frutos, acessões, pertencas, produtos e plantações do bem penhorado.....	705
Subseção II – Penhora por oficial de justiça.....	706
226. Penhora por oficial de justiça.....	706
226.1 Escolha do credor.....	707
226.2 Localização dos bens penhoráveis.....	708
226.3 Ordem preferencial da penhora.....	710
226.4 Exibição dos títulos de domínio.....	712
226.5 Lugar da penhora.....	713
226.6 Tempo da penhora.....	714
226.7 Adequação da penhora.....	714

226.8	Penhora de bem indivisível.....	714
226.9	Avaliação do bem penhorado .....	715
227.	Resistência do executado .....	715
227.1	Presunção de resistência .....	716
227.2	Ordem de arrombamento .....	717
227.3	Busca dos bens penhoráveis.....	717
227.4	Auto de arrombamento .....	718
227.5	Emprego da força policial .....	718
227.6	Auto de resistência .....	719
228.	Elementos do auto de penhora .....	720
228.1	Tempo e lugar da penhora.....	720
228.2	Pertinência subjetiva da penhora .....	721
228.3	Descrição dos bens penhorados.....	721
228.4	Nomeação do depositário.....	721
228.5	Laudo de avaliação .....	722
229.	Substituição da penhora .....	722
229.1	Legitimidade para requerer a substituição .....	723
229.2	Fundamentos da substituição .....	723
229.3	Momento da substituição.....	726
229.4	Pressupostos da substituição requerida pelo executado .....	726
229.5	Objeto da substituição .....	727
229.5.1	Fiança bancária .....	728
229.5.2	Seguro .....	729
229.6	Contraditório na substituição .....	729
229.7	Decisão do incidente de substituição .....	729
229.8	Efeitos da substituição .....	730
	Subseção III – Penhora por termo nos autos.....	730
230.	Penhora por termo nos autos .....	730
	Subseção IV – Depósito da coisa penhorada .....	732
231.	Desapossamento da coisa penhorada.....	732
232.	Natureza jurídica do depósito.....	733
233.	Objeto do depósito .....	735
234.	Efeitos do depósito no plano material .....	735
234.1	Guarda e conservação da coisa .....	735
234.2	Administração da coisa .....	736
234.3	Posse do depositário.....	736
234.4	Dever de restituir a coisa. Prisão do depositário infiel.....	737
234.4.1	Cabimento da ação de depósito .....	737
234.4.2	Incidente na execução.....	738
234.4.3	Regime da prisão.....	740

234.4.4	Cessação da prisão .....	740
234.5	Dever de prestar contas .....	740
235.	Efeitos do depósito no plano processual .....	741
235.1	Remuneração do depositário .....	741
235.2	Responsabilidade do depositário .....	742
236.	Nomeação do depositário .....	743
236.1	Depósito de dinheiro, papéis de crédito, pedras e metais preciosos .....	744
236.2	Móveis e imóveis urbanos .....	744
236.3	Demais bens .....	745
237.	Depositário, multiplicidade de penhoras e de bens .....	745
238.	Remoção do depositário .....	746
239.	Extinção do depósito .....	747
Subseção V – Penhora de créditos .....		747
240.	Introdução à penhora de créditos .....	747
241.	Existência do crédito e sua penhora .....	751
242.	Objeto da penhora de crédito .....	752
243.	Penhora de mão própria .....	753
244.	Procedimento da penhora de crédito .....	753
244.1	Penhora através de oficial de justiça .....	753
244.2	Individuação do crédito .....	754
244.3	Pré-penhora do crédito .....	754
244.4	Apreensão dos títulos e cópias .....	755
244.5	Confissão do terceiro devedor .....	755
244.6	Conteúdo da confissão do terceiro .....	756
244.7	Negativa do terceiro devedor .....	757
244.8	Incidente de declaração da existência do crédito .....	757
244.9	Extinção do crédito e reflexos na penhora .....	758
245.	Técnicas de conversão do crédito penhorado .....	758
245.1	Sub-rogação do crédito penhorado .....	759
245.2	Alienação do crédito penhorado .....	760
246.	Penhora no rosto dos autos .....	761
246.1	Conceito de direito litigioso .....	761
246.2	Forma da penhora no rosto dos autos .....	761
246.3	Penhora por dívida do autor da herança .....	762
246.4	Início da eficácia da penhora no rosto dos autos .....	762
246.5	Sub-rogação do direito litigioso .....	762
247.	Penhora de créditos ou direitos a rendas periódicas .....	763
248.	Penhora de direito a coisa determinada .....	764
248.1	Natureza da penhora .....	764
248.2	Objeto da penhora .....	764

248.3 Depósito da coisa .....	764
248.4 Sub-rogação do objeto da penhora.....	765
248.5 Técnicas de conversão do objeto da penhora .....	765
248.6 Direito sujeito a condição .....	765
248.7 Penhora de direito a coisa determinada e preferência.....	765
Subseção VI – Penhora de empresas, navios e aeronaves.....	765
249. Penhora de empresas e estabelecimentos .....	765
250. Administração da universalidade penhorada.....	767
251. Procedimento da penhora de universalidades .....	768
251.1 Escolha do administrador .....	768
251.2 Plano de administração .....	769
251.3 Plano de administração consensual .....	769
251.4 Controle do plano de administração.....	769
251.5 Destituição do administrador.....	770
252. Penhora de empresa concessionária do Poder Público ou por ele autorizada.....	770
253. Penhora de navio e de aeronave .....	771
253.1 Conceito de navio e de aeronave.....	772
253.2 Natureza da penhora .....	772
253.3 Seguro contra riscos .....	772
Subseção VII – Incidentes da penhora .....	773
254. Ilegalidade da penhora.....	773
254.1 Ilegalidade objetiva da penhora .....	773
254.2 Ilegalidade subjetiva da penhora.....	774
255. Renovação da penhora.....	774
255.1 Casos de renovação da penhora .....	775
255.1.1 Nulidade da penhora .....	775
255.1.2 Conversão da penhora desacompanhada de solução da dívida .....	775
255.1.3 Desistência da penhora .....	776
255.2 Intimação do executado e embargos.....	777
255.3 Despesas da renovação da penhora .....	777
255.4 Responsabilidade do credor na renovação da penhora .....	777
256. Alienação antecipada do bem penhorado .....	778
256.1 Natureza da alienação antecipada .....	778
256.2 Procedimento da alienação antecipada .....	778
256.2.1 Requisitos da alienação antecipada.....	778
256.2.2 Legitimidade para requerer a alienação antecipada .....	779
256.2.3 Modalidades de alienação antecipada .....	779
256.2.4 Alienação antecipada na execução provisória.....	780
256.2.5 Contraditório e concordância do executado.....	780
256.2.6 Efeitos da alienação antecipada .....	780

256.2.7	Decisão do incidente e recurso .....	781
257.	Adequação da penhora .....	781
258.	Excesso de penhora e excesso de execução .....	782
Subseção VIII – Concurso especial de credores .....		783
259.	Preferência emanada da penhora .....	783
260.	Pressupostos da preferência do credor penhorante .....	785
260.1	Solvência do executado .....	786
260.2	Inexistência de prelação .....	787
261.	Efeitos do concurso especial .....	788
262.	Preferência na pré-penhora, na penhora de créditos e em direito à coisa determinada .....	789
263.	Preferência em razão da averbação da penhora .....	790
264.	Multiplicidade de penhoras e reunião das execuções .....	791
265.	Procedimento do concurso especial na fase inicial .....	793
265.1	Pressupostos da reunião dos processos executivos .....	793
265.2	Obrigatoriedade da reunião dos processos executivos .....	794
265.3	Ciência da multiplicidade de penhoras .....	795
265.4	Juízo competente para a reunião dos processos executivos .....	795
265.5	Direitos e ônus dos credores na fase inicial do concurso especial .....	798
265.6	Impulso processual da expropriação nas execuções singulares .....	798
265.7	Despesas dos atos expropriatórios realizados em proveito comum .....	799
265.8	Destino autônomo das execuções no concurso especial .....	799
Subseção IX – Intimação da penhora .....		800
266.	Intimação da penhora .....	800
266.1	Natureza e fluência do prazo da impugnação .....	800
266.2	Suspensão do processo executivo .....	801
266.3	Modos de intimação .....	801
266.4	Pessoas intimadas .....	802
267.	Intimação do cônjuge do executado .....	802
267.1	Posição processual do cônjuge .....	803
267.2	Embargos de terceiro do cônjuge .....	804
267.3	Presunção do benefício da dívida e incidência da meação sobre cada bem individualmente .....	805
268.	Nulidade do processo executivo pela falta de intimação do cônjuge .....	806
Seção III – Fase instrutória da expropriação .....		806
<b>§ 67.º Renovação da Avaliação</b>		
269.	Importância e natureza da avaliação .....	806
270.	Momento e lugar da avaliação .....	807
271.	Avaliador judicial e avaliador perito .....	808
272.	Casos de dispensa da avaliação .....	809
272.1	Títulos, mercadorias e ações negociáveis em bolsa .....	810



272.2	Existência de avaliação anterior.....	811
273.	Procedimento da avaliação por avaliador .....	811
273.1	Laudo de avaliação .....	812
273.2	Conteúdo do laudo e critérios de avaliação .....	812
273.2.1	Valor segundo o custo .....	813
273.2.2	Valor segundo a renda.....	813
273.2.3	Valor segundo o mercado.....	813
273.3	Divisão cômoda de imóvel .....	813
273.4	Audiência das partes e decisão.....	814
273.5	Repetição da avaliação .....	814
	Subseção I – Regras gerais.....	815
<b>§ 68.º Alienação Forçada</b>		
274.	Natureza jurídica da alienação forçada.....	815
275.	Efeitos da alienação forçada no plano material .....	819
275.1	Título da aquisição.....	820
275.2	Modo de aquisição .....	821
275.3	Responsabilidade tributária do adquirente .....	822
275.4	Vícios ocultos e aparentes da coisa .....	823
275.5	Evicção na alienação coativa .....	823
275.6	Alienação coativa de coisa locada .....	825
275.7	Alienação coativa de unidades autônomas e despesas condominiais .....	827
275.8	Alienação coativa de coisa comodada .....	827
275.9	Alienação forçada e frutos do bem.....	828
275.10	Posse da coisa adquirida .....	829
275.11	Purgação dos direitos reais de garantia .....	830
275.12	Traspasso dos direitos reais de gozo.....	832
276.	Efeitos da alienação forçada no plano processual.....	832
276.1	Conversão coativa da penhora .....	833
276.2	Realização do preço.....	833
277.	Modalidades da alienação forçada .....	834
278.	Legitimidade para arrematar.....	835
278.1	Legitimidade geral.....	835
278.2	Restrições à legitimidade.....	836
	Subseção II – Adjudicação.....	838
279.	Natureza jurídica da adjudicação .....	838
280.	Objeto da adjudicação .....	839
281.	Pressupostos da adjudicação.....	840
281.1	Preço não inferior ao da avaliação .....	840
281.2	Legitimidade para adjudicar.....	841
282.	Procedimento da adjudicação.....	843

282.1	Forma do requerimento .....	843
282.2	Multiplcidade de pretendentes.....	844
282.3	Auto de adjudicação.....	846
282.4	Recurso contra a decisão na adjudicação .....	846
282.5	Carta de adjudicação.....	847
283.	Efeitos da adjudicação .....	848
283.1	Efeitos gerais da adjudicação .....	848
283.2	Efeitos particulares da remição .....	848
Subseção III – Alienação por iniciativa particular.....		850
284.	Natureza da alienação por iniciativa particular .....	850
285.	Objeto e momento da alienação por iniciativa particular.....	851
286.	Procedimento da alienação por iniciativa particular .....	851
286.1	Iniciativa do exequente .....	852
286.2	Mediação facultativa de corretor.....	852
286.3	Condições do negócio .....	853
286.4	Apresentação da proposta e contraditório .....	855
286.5	Termo de alienação .....	855
287.	Incidentes da alienação por iniciativa particular .....	855
288.	Efeitos da alienação por iniciativa particular.....	856
Subseção IV – Publicidade da arrematação .....		856
289.	Natureza e função do edital de arrematação.....	856
290.	Requisitos do edital .....	857
290.1	Descrição do bem penhorado.....	857
290.2	Valor do bem .....	858
290.3	Lugar do bem penhorado.....	858
290.4	Dia, hora e lugar da realização da praça ou do leilão.....	858
290.5	Menção da existência de ônus, de recurso ou de causa pendente .....	859
290.6	Dia e hora da segunda licitação.....	860
291.	Expedição do edital .....	861
292.	Dispensa da publicação de editais .....	861
293.	Publicidade ordinária do edital.....	862
294.	Publicidade extraordinária do edital.....	864
295.	Intimações prévias à hasta pública .....	864
295.1	Intimação do executado.....	865
295.1.1	Destinatários da intimação.....	865
295.1.2	Forma da intimação .....	866
295.2	Outras intimações .....	867
Subseção V – Procedimento da arrematação .....		867
296.	Forma da hasta pública.....	867

297. Ordem da arrematação.....	869
298. Preferência da arrematação em globo .....	869
299. Forma do remate.....	870
300. Proibição da arrematação por preço vil .....	872
300.1 Definição de preço vil .....	873
300.2 Alegação do preço vil .....	874
301. Arrematação pelo credor.....	875
301.1 Limite mínimo do lance do credor .....	875
301.2 Exibição do preço pelo credor .....	876
302. Encerramento da arrematação .....	877
303. Auto de arrematação .....	877
304. Arrematação eletrônica .....	879
Subseção VI – Incidentes da arrematação .....	879
305. Transferência da arrematação .....	879
306. Suspensão da arrematação .....	880
307. Desfazimento da arrematação .....	881
307.1 Causas de desfazimento da arrematação .....	882
307.1.1 Nulidade dos atos executórios.....	883
307.1.2 Falta de pagamento do preço ou de prestação da caução .....	884
307.1.3 Existência de ônus real omitido no edital.....	884
307.1.4 Casos previstos explicitamente no Código .....	884
307.1.5 Casos previstos implicitamente no Código.....	885
307.2 Meios e momento do desfazimento .....	885
307.3 Efeitos do desfazimento .....	886
307.3.1 Efeitos perante o arrematante .....	887
307.3.2 Efeitos perante o credor.....	887
307.3.3 Efeitos perante os auxiliares do juízo .....	887
307.4 Decisão do incidente e recurso .....	887
308. Resolução da arrematação por inadimplemento.....	888
Subseção VII – Alienação de imóvel.....	889
309. Objeto da praça e porteiro .....	889
310. Arrematação de imóvel hipotecado .....	889
311. Casos de preferência na aquisição do imóvel praceado.....	890
311.1 Preferência do senhorio direto sobre o imóvel emprazado.....	891
311.2 Preferência dos demais sócios sobre cotas .....	891
311.3 Preferência da União, do Estado ou do Município sobre bens tombados.....	891
312. Alienação de imóvel divisível .....	891
312.1 Comodidade da divisão.....	892
312.2 Requerimento do executado .....	892
312.3 Procedimento da praça.....	892

313. Carta de arrematação .....	893
313.1 Elementos da carta de arrematação .....	894
313.1.1 Descrição do imóvel.....	894
313.1.2 Prova da quitação dos impostos.....	894
313.1.3 Auto de arrematação .....	895
313.1.4 Identificação do arrematante .....	895
313.1.5 Assinatura da carta.....	895
313.2 Registro da carta de arrematação.....	895
Subseção VIII – Alienação de imóvel de incapaz .....	895
314. Alienação de imóvel de incapaz.....	895
314.1 Prazo do adiamento .....	896
314.2 Administração do imóvel durante o adiamento.....	896
314.3 Alienação antes do término do adiamento.....	897
314.4 Alienação depois do encerramento do adiamento .....	897
Subseção IX – Alienação de móvel.....	897
315. Alienação coativa em bolsa.....	897
316. Alienação coativa em leilão.....	898
316.1 Escolha do leiloeiro.....	898
316.2 Auto de arrematação do leilão.....	899
317. Direitos e deveres do leiloeiro.....	899
317.1 Publicação do edital .....	899
317.2 Realização do leilão .....	899
317.3 Exposição dos bens .....	900
317.4 Remuneração do leiloeiro .....	900
317.5 Depósito do preço .....	901
317.6 Prestação de contas .....	901
318. Carta de arrematação de bens móveis.....	901
319. Leilão conjunto.....	902
Seção IV – Fase final da expropriação .....	903
<b>§ 69.º Entrega do Dinheiro</b>	
320. Entrega do dinheiro ao credor .....	903
321. Atribuição e distribuição do dinheiro.....	903
322. Pressupostos da entrega do dinheiro. Quitação do credor .....	904
323. Custódia do dinheiro .....	905
324. Distribuição do dinheiro mediante concurso especial.....	906
324.1 Credores participantes do concurso especial .....	906
324.2 Ordem dos credores no concurso especial.....	908
324.2.1 Preferência material .....	908
324.2.2 Preferência processual.....	912
324.3 Natureza do concurso especial.....	914
324.4 Limites à cognição no concurso especial .....	914

325. Procedimento da fase final do concurso especial .....	915
325.1 Competência no concurso especial.....	915
325.2 Formulação das pretensões, produção de provas e julgamento.....	917
325.3 Distribuição parcial .....	917
325.4 Distribuição amigável.....	918
325.5 Natureza do ato que resolve o concurso .....	918
325.6 Quitação ao executado e extinção do processo.....	919
<b>§ 70.º Adjudicação</b>	
326. Satisfação do exequente através da adjudicação .....	919
<b>§ 71.º Usufruto de Móvel ou Imóvel</b>	
327. Natureza do usufruto.....	920
328. Requerimento do credor .....	921
329. Desnecessidade da concordância do executado.....	922
330. Objeto do usufruto .....	922
331. Pressupostos da constituição do usufruto .....	923
331.1 Menor gravosidade do usufruto .....	923
331.2 Eficiência do usufruto .....	924
332. Efeitos da constituição do usufruto .....	924
332.1 Momento do início da eficácia .....	924
332.2 Perda do poder de fruição .....	925
332.3 Temporariedade e natureza <i>pro solvendo</i> do usufruto .....	926
332.4 Ineficácia dos atos de disposição concernentes ao domínio .....	926
332.5 Nomeação de administrador .....	927
332.6 Extensão do usufruto .....	928
332.7 Pronunciamento judicial e recurso cabível.....	928
333. Espécies de usufruto .....	928
334. Procedimento da constituição do usufruto.....	929
334.1 Fase postulatória .....	929
334.2 Fase instrutória .....	929
334.3 Expedição de carta de usufruto.....	930
334.4 Administrador do imóvel arrendado.....	930
335. Nova locação do móvel ou imóvel.....	930
336. Alienação forçada na pendência do usufruto.....	931

## 12. EXECUÇÃO DAS PRESTAÇÕES PECUNIÁRIAS CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

Seção I – Noções gerais .....	933
<b>§ 72.º Lineamentos da Insolvência Civil</b>	
337. Conceito e natureza da insolvência civil .....	933
338. Principalidade da insolvência civil .....	936

**§ 73.º Pressuposto Geral da Execução Coletiva**

339. Requisito da insolvibilidade na execução coletiva .....	937
340. Insolvência real .....	939
341. Insolvência presumida .....	940

**§ 74.º Particularidades da Insolvência Civil**

342. Conflito entre falência e insolvência civil .....	942
343. Aplicação da lei falencial ao concurso civil .....	943
344. Despesas processuais e honorários de advogado na execução coletiva .....	943
345. Fases da insolvência civil .....	945

**Seção II – Pressupostos processuais da execução coletiva .....** 945**§ 75.º Título Executivo e Inadimplemento**

346. Título e inadimplemento na execução coletiva .....	945
346.1 Título executivo .....	946
346.2 Inadimplemento .....	946

**§ 76.º Capacidade Postulatória**

347. Participação do advogado na insolvência civil .....	947
--	-----

**§ 77.º Competência na Insolvência Civil**

348. Problema de competência na insolvência civil .....	948
348.1 Competência na insolvência voluntária .....	948
348.2 Competência na insolvência necessária .....	949
348.3 Espécie de competência .....	949
349. Universalidade do juízo da insolvência .....	950

**§ 78.º Legitimidade na Insolvência Civil**

350. Legitimidade ativa na insolvência civil .....	952
350.1 Legitimidade ativa do credor quirografário .....	952
350.2 Legitimidade ativa do devedor .....	954
350.3 Legitimidade ativa do espólio do devedor .....	955
351. Legitimidade passiva na insolvência civil .....	955
351.1 Legitimidade passiva do devedor civil .....	955
351.2 Legitimidade passiva do espólio do devedor .....	957
352. Litisconsórcio ativo e passivo na insolvência civil .....	957
353. Ministério Público na insolvência civil .....	959

**Seção III – Fase inicial da insolvência .....** 959**§ 79.º Insolvência Necessária****Subseção I – Formação do processo executivo .....** 959

354. Requisitos da petição inicial .....	959
354.1 Endereçamento da inicial .....	959

354.2	Identificação das partes.....	960
354.3	Causa de pedir na insolvência.....	960
354.4	Pedido na insolvência civil.....	962
354.5	Proposição de provas na insolvência civil.....	962
354.6	Explicitação do valor da causa.....	962
354.7	Requerimento e modos de citação do executado.....	962
355.	Efeitos da propositura da insolvência necessária.....	962
Subseção II – Controle da petição inicial.....		963
356.	Emendas da petição inicial.....	963
357.	Indeferimento da petição inicial.....	963
358.	Deferimento da petição inicial.....	963
Subseção III – Instrução da fase inicial.....		964
359.	Pagamento do executado.....	964
360.	Revelia do executado.....	964
361.	Reconhecimento do pedido.....	965
362.	Elisão do pedido através de depósito.....	965
363.	Embargos do executado na insolvência.....	966
Subseção IV – Julgamento da fase final.....		967
364.	Procedência e improcedência do pedido de execução coletiva.....	967
<b>§ 80.º Insolvência Voluntária</b>		
Subseção I – Formação do processo executivo.....		969
365.	Requisitos da petição inicial.....	969
365.1	Endereçamento da inicial.....	970
365.2	Identificação das partes.....	970
365.3	Causa de pedir na insolvência voluntária.....	971
365.4	Pedido na insolvência voluntária.....	973
365.5	Produção de provas.....	973
365.6	Explicitação do valor da causa.....	973
365.7	Citação dos credores.....	973
366.	Efeitos da propositura da insolvência voluntária.....	973
Subseção II – Controle da petição inicial.....		974
367.	Emendas da petição inicial da insolvência voluntária.....	974
368.	Indeferimento da inicial.....	974
369.	Deferimento da inicial.....	974
Subseção III – Julgamento da fase inicial.....		974
370.	Procedência e improcedência do pedido de declaração de insolvência.....	974
371.	Extinção do processo sem julgamento do mérito. Desistência da insolvência voluntária.....	975

## § 81.º Efeitos da Declaração de Insolvência

372. Classificação dos efeitos da insolvência.....	976
373. Termo inicial dos efeitos .....	977
374. Efeitos processuais da declaração de insolvência .....	978
374.1 Instalação da execução coletiva .....	978
374.2 Procedimento edital na insolvência .....	979
374.3 Arrecadação dos bens do devedor.....	980
374.4 Perda da preferência.....	981
374.5 Perda da capacidade processual .....	982
374.6 Atração das execuções singulares .....	983
374.7 Escolha do administrador da massa.....	984
374.8 Interrupção da prescrição .....	984
375. Efeitos materiais da declaração de insolvência .....	986
375.1 Vencimento antecipado das dívidas .....	986
375.1.1 Deságio das obrigações vincendas .....	986
375.1.2 Suspensão da fluência dos juros .....	987
375.1.3 Estabilização do valor das dívidas em moeda estrangeira.....	987
375.1.4 Suspensão da fluência da comissão de permanência .....	988
375.1.5 Compensação das dívidas do insolvente.....	989
375.1.6 Correção monetária dos créditos .....	989
375.2 Perda da disponibilidade patrimonial .....	989
375.2.1 Pagamentos e confissões de dívida supervenientes à insolvên- cia.....	990
375.2.2 Disciplina dos negócios bilaterais.....	991
375.2.3 Disciplina dos negócios unilaterais.....	993
375.2.4 Extinção das obrigações.....	993
Seção IV – Fase instrutória da insolvência.....	994
§ 82.º Administração do Ativo	
376. Formação do ativo e nomeação do administrador da massa .....	994
376.1 Natureza das funções do administrador.....	994
376.2 Escolha do administrador .....	994
376.3 Investidura do administrador.....	995
376.4 Substituição e destituição do administrador.....	996
376.5 Representação do administrador no processo.....	996
377. Direitos e deveres do administrador .....	997
377.1 Custódia da massa ativa .....	997
377.2 Arrecadação da massa ativa.....	998
377.3 Despesas da massa e prepostos do administrador.....	998
377.4 Representação judicial da massa .....	999
377.5 Alienação coativa dos bens da massa .....	1000



377.6	Remuneração do administrador.....	1000
377.7	Responsabilidade civil do administrador.....	1001
377.8	Efeitos materiais da administração.....	1001
<b>§ 83.º Organização do Passivo</b>		
378.	Procedimento da habilitação de crédito.....	1001
378.1	Legitimidade ativa.....	1002
378.2	Natureza da habilitação.....	1002
378.3	Forma da habilitação.....	1003
378.4	Cumulação de execuções na habilitação.....	1004
378.5	Controle da habilitação.....	1004
378.6	Ordenação das habilitações e intimações das partes.....	1005
379.	Impugnação ao crédito habilitado.....	1005
379.1	Natureza da impugnação.....	1005
379.2	Prazo da impugnação.....	1006
379.3	Legitimidade ativa na impugnação.....	1006
379.4	Legitimidade passiva na impugnação.....	1007
379.5	Causa de pedir e pedido na impugnação.....	1007
379.6	Procedimento da ação de impugnação.....	1008
379.7	Destino dos embargos atraídos ao juízo universal.....	1009
379.8	Efeito da impugnação na execução coletiva.....	1009
380.	Elaboração do quadro geral de credores.....	1009
381.	Classificação dos créditos no concurso.....	1011
382.	Ação direta do credor retardatário.....	1012
382.1	Natureza da ação direta.....	1012
382.2	Competência na ação direta.....	1013
382.3	Legitimidade ativa e passiva na ação direta.....	1013
382.4	Prazo e efeitos da propositura. Medida cautelar de reserva.....	1014
382.5	Rito da ação direta.....	1014
382.6	Limites da cognição na ação direta.....	1014
382.7	Posição do retardatário no concurso. Participação no rateio.....	1015
383.	Pensão alimentar do executado na pendência da execução coletiva.....	1015
383.1	Requisitos para concessão dos alimentos.....	1015
383.2	Incidente sobre a pensão.....	1016
383.3	Execução da decisão. Extinção da verba alimentar.....	1017
<b>§ 84.º Recuperação Amigável</b>		
384.	Natureza da recuperação do devedor civil.....	1017
385.	Procedimento da recuperação civil.....	1019
385.1	Forma do pedido do executado.....	1019
385.2	Momento hábil ao pedido.....	1019
385.3	Contraditório na recuperação.....	1019
385.4	Efeitos do julgamento da recuperação.....	1020
385.5	Natureza do pronunciamento.....	1020
385.6	Efeitos do descumprimento.....	1020

<b>§ 85.º Realização do Ativo</b>	
386. Avaliação na execução coletiva.....	1020
387. Meios executórios expropriativos na execução coletiva.....	1021
388. Momento da realização do ativo.....	1022
Seção V – Fase final da insolvência.....	1023
<b>§ 86.º Pagamento aos Credores</b>	
389. Momento do pagamento aos credores.....	1023
390. Procedimento do rateio.....	1023
<b>§ 87.º Extinção e Suspensão do Concurso</b>	
391. Extinção da execução coletiva.....	1024
392. Suspensão da execução coletiva.....	1025
<b>§ 88.º Saldo Devedor</b>	
393. Saldo devedor da execução coletiva.....	1026
394. Reinício da execução coletiva.....	1026
<b>§ 89.º Extinção das Obrigações</b>	
395. Finalidade da ação de extinção das obrigações.....	1027
396. Condições da ação de extinção das obrigações do insolvente.....	1028
396.1 Prazo extintivo das obrigações.....	1028
396.2 Inexistência de bens arrecadáveis.....	1028
397. Procedimento da ação extintiva das obrigações do insolvente.....	1029
397.1 Competência da ação extintiva.....	1029
397.2 Legitimidade na ação extintiva.....	1029
397.3 Procedimento edital.....	1029
397.4 Petição inicial da ação extintiva.....	1029
397.5 Limites à cognição judicial.....	1030
397.6 Resposta dos réus.....	1030
397.7 Réplica do devedor e julgamento antecipado.....	1030
397.8 Produção de provas.....	1030
397.9 Natureza da sentença de procedência.....	1030
397.10 Julgamento da ação extintiva.....	1031
398. Efeitos da procedência da ação extintiva.....	1031

## TÍTULO IV

### PROCEDIMENTOS EXECUTIVOS ESPECIAIS

#### 13. EXECUÇÃO DO CRÉDITO ALIMENTAR

<b>§ 90.º Noções Gerais acerca da Execução do Crédito Alimentar</b>	
399. Enumeração dos meios executórios da obrigação alimentar.....	1033
400. Conceito e conteúdo da obrigação alimentar.....	1035
401. Classificação da obrigação alimentar.....	1037

401.1	Alimentos naturais e civis .....	1038
401.2	Alimentos legítimos, voluntários ou indenizativos.....	1039
401.3	Alimentos definitivos e provisionais .....	1040
401.4	Alimentos futuros e pretéritos .....	1041
402.	Adstrição das classes de alimentos aos meios executórios .....	1042
403.	Garantias do crédito alimentar .....	1042
Seção I – Execução por expropriação.....		1044
<b>§ 91.º Procedimento da Execução por Expropriação</b>		
404.	Execução do crédito alimentar por expropriação.....	1044
404.1	Escolha compulsória da expropriação .....	1044
404.2	Escolha voluntária da expropriação.....	1046
404.3	Levantamento do dinheiro penhorado.....	1046
404.4	Encaminhamento normal da expropriação.....	1048
404.5	Crédito alimentar no concurso de preferências .....	1048
405.	Execução de alimentos indenizativos .....	1049
Seção II – Execução por coerção pessoal .....		1052
<b>§ 92.º Noções Gerais acerca da Execução por Coerção Pessoal</b>		
406.	Título executivo na execução por coerção pessoal.....	1052
407.	Escolha entre a expropriação e a coerção pessoal.....	1055
<b>§ 93.º Procedimento da Execução por Coerção Pessoal</b>		
408.	Requisitos da inicial.....	1060
408.1	Competência .....	1060
408.2	Formulação do pedido .....	1062
408.3	Controle da inicial.....	1064
409.	Cumprimento e defesa sumária do executado.....	1065
409.1	Pagamento.....	1066
409.2	Defesa do executado .....	1068
409.3	Decisão do incidente.....	1071
409.3.1	Natureza do pronunciamento .....	1071
409.3.2	Recurso cabível. Efeito suspensivo .....	1072
409.3.3	Motivação do ato.....	1073
409.3.4	Efeitos do ato .....	1074
410.	Prisão do devedor .....	1075
410.1	Prazo da prisão.....	1075
410.2	Regime da pena .....	1076
410.3	Suspensão e revogação da pena.....	1078
410.4	Meios para o executado revogar a pena .....	1079
410.5	Renovação da prisão.....	1080
411.	Coerção pessoal e embargos do executado.....	1081

Seção III – Execução por desconto.....	1082
<b>§ 94.º Noções Gerais acerca da Execução por Desconto</b>	
412. Execução por desconto em folha da obrigação alimentar .....	1082
413. Preferência do desconto sobre os demais meios executórios .....	1084
<b>§ 95.º Procedimento da Execução por Desconto</b>	
414. Particularidades da execução por desconto em folha .....	1084
414.1 Identificação da fonte pagadora .....	1084
414.2 Efetivação da medida .....	1084
414.3 Cabimento dos embargos do executado .....	1086
<b>14. EXECUÇÃO CONTRA A FAZENDA PÚBLICA</b>	
<b>§ 96.º Noções Gerais</b>	
415. Objeto da execução contra a Fazenda Pública.....	1087
416. Causa do procedimento especial .....	1089
417. Vantagens e desvantagens da requisição de pagamento.....	1090
418. Classificação dos créditos contra a Fazenda Pública .....	1094
<b>§ 97.º Procedimento da Execução por Maior Quantia</b>	
419. Necessidade da execução .....	1098
420. Competência na execução contra a Fazenda Pública .....	1099
421. Legitimidade ativa e passiva .....	1100
422. Título executivo.....	1102
423. Proibição expressa da execução provisória.....	1105
424. Cabimento dos honorários advocatícios.....	1105
425. Prazo e regime dos embargos.....	1106
426. Tribunal competente para processar o pagamento .....	1108
427. Obrigatoriedade da expedição do precatório.....	1108
428. Procedimento da requisição de pagamento .....	1110
428.1 Pagamento segundo o regime especial.....	1111
428.2 Pagamento segundo o regime excepcional .....	1112
429. Preterição da preferência e o sequestro .....	1116
429.1 Cabimento do sequestro .....	1116
429.2 Natureza da medida .....	1118
429.3 Legitimação ativa e passiva .....	1118
429.4 Objeto da medida.....	1119
429.5 Procedimento do “sequestro”.....	1120
<b>§ 98.º Procedimento da Execução por Menor Quantia</b>	
430. Definição de dívida de pequeno valor .....	1120
431. Execução incidente e desnecessidade de nova citação .....	1121

432. Legitimidade passiva.....	1121
433. Título executivo.....	1122
434. Exclusão da execução provisória .....	1122
435. Admissibilidade dos embargos.....	1122
436. Competência e forma da requisição de pagamento .....	1123
437. Desobediência à requisição: “sequestro” da renda pública.....	1125

## 15. EXECUÇÃO DO CRÉDITO HIPOTECÁRIO

### § 99.º Origem e Admissibilidade da Execução Hipotecária Especial

438. Cabimento do rito especial da execução hipotecária.....	1126
--	------

### § 100.º Procedimento da Execução do Crédito Hipotecário

439. Formação do processo executivo.....	1128
439.1 Título e inadimplemento na ação executória hipotecária.....	1128
439.2 Petição inicial da ação executória hipotecária .....	1131
439.2.1 Competência da execução hipotecária.....	1131
439.2.2 Pedido. Cumulação de multa e honorários.....	1132
439.2.3 Citação dos executados.....	1132
439.2.4 Valor da causa na execução hipotecária.....	1133
440. Procedimento da ação executória hipotecária .....	1133
440.1 Penhora .....	1133
440.2 Depósito .....	1134
440.3 Avaliação .....	1135
440.4 Alienação coativa .....	1135
440.5 Adjudicação.....	1136

## 16. EXECUÇÃO DO CRÉDITO FISCAL

### § 101.º Noções Gerais

441. Realização do crédito da Fazenda Pública.....	1138
442. Remédios para promover a defesa judicial do devedor .....	1139
442.1 Embargos do executado .....	1141
442.2 Mandado de segurança.....	1142
442.3 Ação declaratória.....	1143
442.4 Ação anulatória .....	1144
442.5 Ação de restituição.....	1145
442.6 Ação consignatória.....	1146
443. Efeitos da demanda na esfera administrativa.....	1146
444. Particularidades da expropriação especial para satisfazer crédito da Fazenda Pública .....	1147
444.1 Desistência do processo executivo. Reflexos na ação de embargos .....	1147

444.2	Intimação ao procurador da Fazenda e ao advogado do executado .....	1149
444.3	Intervenção do Ministério Público.....	1151
444.4	Despesas processuais da Fazenda Pública.....	1151
444.5	Responsabilidade dos auxiliares do juízo .....	1151
444.6	Recolhimento da dívida ativa aos cofres públicos.....	1152
444.7	Subsidiariedade do rito ordinário da expropriação.....	1152

### § 102.º Pressupostos Processuais da Execução Fiscal

445.	Relação processual e pretensão executória da Fazenda Pública .....	1152
446.	Título executivo da Fazenda Pública.....	1153
446.1	Formação do crédito da Fazenda Pública .....	1153
446.2	Compreensão do crédito da Fazenda Pública .....	1154
446.3	Inscrição do crédito fazendário e certidão da dívida ativa.....	1154
446.4	Substituição e correção da certidão da dívida ativa .....	1156
446.5	Caracteres do título executivo .....	1159
447.	Exigibilidade do crédito da Fazenda.....	1160
448.	Problemas de competência na execução fiscal.....	1161
448.1	Modificações da competência .....	1161
448.2	Competência na execução movida por ente público contra outro ente público .....	1163
448.3	Reunião das execuções por conveniência da penhora .....	1164
448.4	Indiferença da execução fiscal aos juízos universais. Concurso de preferências .....	1166
449.	Legitimidade ativa e passiva na execução fiscal.....	1170
449.1	Legitimidade ativa na execução fiscal .....	1170
449.2	Legitimidade passiva na execução fiscal .....	1171
449.3	Benefício de ordem do responsável.....	1174

Subseção I – Formação do processo executivo .....	1174
---	------

### § 103.º Procedimento da Execução

450.	Requisitos da petição inicial na execução movida pela Fazenda Pública .....	1174
450.1	Endereçamento da petição inicial .....	1175
450.2	Identificação das partes.....	1175
450.3	Fatos e fundamentos do pedido.....	1176
450.4	Pedido na execução fiscal .....	1176
450.5	Produção de provas na execução fiscal .....	1176
450.6	Valor da causa na execução fiscal.....	1178
450.7	Requerimento e modos de citação do executado.....	1178
450.8	Nomeação de bens na inicial.....	1180
451.	Efeitos da propositura da execução fiscal. Prescrição.....	1181
Subseção II – Controle da petição inicial.....	1184	
452.	Emendas na petição inicial .....	1184
453.	Indeferimento da petição inicial.....	1185
454.	Deferimento da petição inicial.....	1185

Subseção III – Responsabilidade patrimonial.....	1186
455. Limites da responsabilidade patrimonial perante o crédito da Fazenda Pública...	1186
Subseção IV – Fase inicial da expropriação.....	1188
456. Citação do executado e pagamento .....	1188
457. Pré-penhora na execução fiscal .....	1189
458. Nomeação de bens na execução fiscal .....	1190
459. Efetivação da garantia da execução .....	1193
459.1 Depósito em dinheiro.....	1194
459.2 Fiança bancária .....	1195
459.3 Prova do depósito e da fiança.....	1196
460. Depósito da coisa penhorada na execução fiscal.....	1196
461. Registro da penhora na execução fiscal .....	1198
462. Modificações da penhora na execução fiscal.....	1200
463. Intimação da penhora na execução fiscal .....	1201
Subseção V – Fase instrutória da expropriação.....	1203
464. Avaliação do bem penhorado.....	1203
464.1 Impugnação da avaliação .....	1204
464.2 Escolha do avaliador e laudo de avaliação .....	1205
464.3 Apresentação do laudo e decisão do juiz .....	1205
464.4 Pedido de adjudicação e valor dos bens penhorados.....	1205
465. Alienação antecipada na execução fiscal .....	1206
466. Arrematação na execução da Fazenda Pública .....	1207
466.1 Natureza e efeitos da arrematação.....	1207
466.2 Modalidade da arrematação .....	1207
466.3 Requisitos do edital.....	1208
466.4 Publicidade do edital.....	1209
466.5 Intimação das partes .....	1210
466.6 Lugar do leilão .....	1211
466.7 Arrematação pela Fazenda Pública .....	1211
466.8 Arrematação em globo .....	1212
466.9 Despesas de responsabilidade do arrematante.....	1212
Subseção VI – Fase final da expropriação .....	1212
467. Remição do bem penhorado e da execução.....	1212
468. Entrega do dinheiro .....	1214
469. Adjudicação na execução fiscal .....	1214
469.1 Objeto da adjudicação.....	1214
469.2 Pressupostos da adjudicação.....	1214
469.3 Forma do requerimento da adjudicação .....	1217
469.4 Legitimidade para adjudicar.....	1217

469.5 Saldo da adjudicação.....	1218
469.6 Auto de adjudicação.....	1218
469.7 Embargos à adjudicação.....	1218
470. Usufruto forçado na execução fiscal.....	1219
Subseção VII – Recursos na execução fiscal.....	1219
471. Recursos cabíveis nas execuções de alçada.....	1219
471.1 Valor de alçada nos executivos fiscais.....	1220
471.2 Embargos de declaração.....	1220
471.3 Embargos infringentes. Recorribilidade das interlocutórias.....	1221
471.4 Reexame necessário e recurso extraordinário.....	1222
471.5 Revisor nas apelações.....	1222

## TÍTULO V

### REAÇÃO DO EXECUTADO CONTRA A EXECUÇÃO

#### 17. EXCEÇÃO DE PRÉ-EXECUTIVIDADE

472. Questão de ordem: os meios de reação do executado contra a execução.....	1223
<b>§ 104.º Noções Gerais</b>	
473. Controle dos pressupostos processuais e da pretensão a executar.....	1226
474. Cabimento da exceção de pré-executividade.....	1227
475. Objeto da exceção de pré-executividade.....	1232
<b>§ 105.º Procedimento da Exceção de Pré-Executividade</b>	
476. Legitimidade do executado e de terceiros.....	1236
477. Prazo da exceção de pré-executividade.....	1237
478. Efeitos da apresentação da exceção.....	1238
479. Obrigatoriedade do contraditório.....	1239
<b>§ 106.º Efeitos do Julgamento da Exceção</b>	
480. Efeitos do acolhimento da exceção.....	1240
481. Efeitos da rejeição da exceção.....	1241

#### 18. AÇÃO DE EMBARGOS DO EXECUTADO

Seção I.....	1242
<b>§ 107.º Natureza da Ação de Embargos</b>	
482. Natureza jurídica dos embargos do devedor.....	1242
483. Conceito dos embargos do devedor.....	1245
<b>§ 108.º Objeto da Cognição nos Embargos</b>	
484. Limites da cognição na ação de embargos.....	1245
485. Classificação do objeto da cognição nos embargos.....	1249



486. Embargos de cognição sumária contra título judicial.....	1251
486.1 Falta ou nulidade de citação no processo de conhecimento.....	1252
486.2 Inexequibilidade do título executivo.....	1254
486.3 Solvabilidade.....	1255
486.4 Ilegitimidade de parte.....	1255
486.5 Cumulação indevida de execuções.....	1256
486.6 Excesso de execução.....	1257
486.7 Nulidades do processo executivo.....	1260
486.8 Exceções impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação.....	1261
486.9 Incompetência, suspeição e impedimento.....	1264
486.10 Retenção por benfeitorias.....	1265
486.11 Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo.....	1267
486.11.1 Vícios “transrescisórios” e a coisa julgada.....	1267
486.11.2 Inconstitucionalidade originária e superveniente do título judicial.....	1275
486.11.2.1 Origem da regra.....	1275
486.11.2.2 Ineficácia do título.....	1276
486.11.2.3 Superveniência da inconstitucionalidade.....	1277
486.11.2.4 Constitucionalidade da regra.....	1277
486.11.2.5 Vantagens e desvantagens da regra.....	1278
486.11.2.6 Aplicação às execuções definitiva e provisória.....	1279
486.11.2.7 Origem do juízo de inconstitucionalidade.....	1279
486.11.2.8 Remédios admissíveis.....	1280
486.11.2.9 Aplicação retroativa da regra.....	1281
486.11.2.10 Efeitos do julgamento dos embargos.....	1281
486.12 Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1282
487. Embargos de cognição sumária contra título extrajudicial.....	1282
488. Embargos de cognição sumária contra título judicial ou extrajudicial na segunda fase.....	1283
489. Embargos de cognição plenária contra título extrajudicial.....	1285
Seção II – Pressupostos processuais da ação de embargos do executado.....	1285
§ 109.º Noções Gerais	
490. Pressupostos processuais da relação incidente.....	1285
§ 110.º Imparcialidade	
491. Imparcialidade do órgão jurisdicional nos embargos.....	1286
492. Controle da imparcialidade do órgão nos embargos.....	1287
§ 111.º Competência nos Embargos	
493. Regra geral de competência nos embargos.....	1287
494. Determinação da competência segundo a natureza do título.....	1289
495. Competência dos embargos na execução por carta.....	1289

**§ 112.º Prazo dos Embargos**

496. Regras gerais do prazo para propor embargos .....	1292
496.1 Prazo geral e prazos especiais .....	1292
496.2 Natureza do prazo .....	1293
496.3 Efeito da fluência do prazo .....	1293
496.4 Suspensão do prazo.....	1294
496.5 Contagem do prazo. Dobra. Termo final.....	1295
496.6 Fluência durante as férias .....	1296
497. Prazo dos embargos no rito comum da expropriação .....	1296
498. Prazo dos embargos nos ritos especiais da expropriação.....	1298
498.1 Prazo na execução contra a Fazenda Pública.....	1298
498.2 Prazo na execução contra o devedor do Sistema Financeiro da Habitação.....	1298
498.3 Prazo na execução fiscal.....	1298
498.4 Prazo na execução das cédulas rural, industrial e comercial .....	1301
499. Prazo dos embargos no desapossamento .....	1301
500. Prazo dos embargos na transformação e na coação patrimonial .....	1302
501. Prazo dos embargos no desconto em folha.....	1302
502. Prazo dos embargos contra a arrematação e a adjudicação .....	1302

**§ 113.º Legitimidade**

503. Regra geral da legitimidade ativa e passiva nos embargos do devedor .....	1303
504. Legitimidade ativa nos embargos do devedor.....	1304
504.1 Legitimidade dos responsáveis.....	1305
504.2 Legitimidade do cônjuge.....	1306
504.3 Legitimidade do curador especial e do Ministério Público.....	1306
504.4 Legitimidade condicionada à segurança do juízo .....	1307
505. Legitimidade passiva nos embargos do devedor.....	1308

**§ 114.º Segurança do Juízo**

506. Natureza e efeitos do requisito da segurança do juízo.....	1309
507. Exame do pressuposto da segurança do juízo .....	1310
508. Controle do pressuposto da segurança do juízo. Destino dos embargos prematuros .....	1311

Seção III – Procedimento dos embargos do devedor.....	1312
---	------

**§ 115.º Petição Inicial dos Embargos**

509. Requisitos da petição inicial dos embargos .....	1312
509.1 Causa de pedir nos embargos.....	1313
509.2 Pedido nos embargos .....	1314
509.3 Valor da causa .....	1316
509.4 Indicação das provas .....	1316

509.5	Chamamento do embargado .....	1318
509.6	Regime fiscal dos embargos .....	1318
510.	Efeitos da propositura dos embargos do devedor .....	1318
510.1	Prevenção e embargos .....	1319
510.2	Litispêndência .....	1319
510.3	Litigiosidade do direito .....	1319
510.4	Prescrição e mora .....	1319
510.5	Suspensão do processo executivo .....	1319
511.	Rito dos embargos .....	1321
<b>§ 116.º Controle da Petição Inicial</b>		
512.	Emendas da petição inicial dos embargos .....	1322
513.	Indeferimento liminar dos embargos .....	1323
513.1	Casos de indeferimento liminar dos embargos .....	1323
513.1.1	Embargos ineptos .....	1323
513.1.2	Embargos intempestivos .....	1324
513.1.3	Embargos protelatórios .....	1324
513.2	Pronunciamento extintivo e efeitos do recurso .....	1325
514.	Deferimento inicial dos embargos .....	1326
<b>§ 117.º Resposta do Embargado</b>		
515.	Resposta do embargado no sistema da lei processual .....	1326
516.	Impugnação do embargado .....	1327
517.	Exceções do embargado .....	1329
518.	Reconvenção do embargado .....	1329
<b>§ 118.º Revelia do Embargado</b>		
519.	Efeitos da revelia do embargado .....	1331
<b>§ 119.º Declaração Incidente e Intervenção de Terceiros</b>		
520.	Declaratória incidental nos embargos do devedor .....	1333
521.	Modalidades de intervenção de terceiros nos embargos .....	1335
521.1	Assistência .....	1335
521.2	Denúnciação da lide .....	1336
521.3	Nomeação à autoria .....	1337
521.4	Oposição .....	1337
521.5	Chamamento ao processo .....	1338
<b>§ 120.º Julgamento dos Embargos</b>		
522.	Extinção dos embargos sem julgamento do mérito .....	1338
523.	Extinção dos embargos com julgamento do mérito .....	1340
524.	Honorários de advogado nos embargos .....	1341
<b>Seção IV – Coisa julgada e efeitos dos embargos .....</b>		
<b>§ 121.º Eficácia de Coisa Julgada nos Embargos</b>		
525.	Natureza da sentença dos embargos .....	1342

526. Eficácia de coisa julgada nos embargos .....	1343
<b>§ 122.º Efeitos do Julgamento dos Embargos</b>	
527. Efeitos no caso de procedência.....	1345
527.1 Declaração de inexistência do título ou do crédito.....	1345
527.2 Redução da obrigação .....	1346
527.3 Desfazimento dos atos executivos.....	1346
527.4 Revogação da prisão do devedor.....	1346
527.5 Reconhecimento da responsabilidade do credor.....	1346
527.6 Substituição do título.....	1346
527.7 Averbação no registro da dívida ativa.....	1346
527.8 Extinção da execução.....	1347
528. Efeitos no caso de improcedência.....	1347
528.1 Desembaraço do processo executivo.....	1348
528.2 Definitividade da execução na pendência da apelação .....	1348
528.3 Condenação do embargante por dolo processual .....	1349
<b>19. IMPUGNAÇÃO DO EXECUTADO</b>	
<b>§ 123.º Natureza da Impugnação do Executado</b>	
529. Natureza da impugnação do executado.....	1350
530. Conceito da impugnação do executado.....	1354
<b>§ 124.º Fundamentos da Impugnação do Executado</b>	
531. Caráter sumário da cognição .....	1354
532. Casos explícitos de impugnação.....	1355
532.1 Falta ou nulidade da citação .....	1355
532.2 Inexequibilidade do título.....	1356
532.3 Penhora incorreta ou avaliação errônea.....	1356
532.4 Ilegitimidade das partes .....	1357
532.5 Excesso de execução .....	1357
532.6 Exceções impeditivas, modificativas ou extintivas da obrigação .....	1357
532.7 Inconstitucionalidade de lei ou ato normativo .....	1357
533. Casos implícitos de impugnação .....	1358
<b>§ 125.º Pressupostos Gerais e Específicos da Impugnação Incidental</b>	
534. Generalidades .....	1358
535. Prazo da impugnação.....	1358
535.1 Precedência da avaliação.....	1359
535.2 Natureza do prazo .....	1359
535.3 Efeitos da fluência do prazo .....	1359
535.4 Suspensão do prazo.....	1359
535.5 Dobra do prazo .....	1360

535.6	Formas da intimação .....	1360
535.7	Termos inicial e final do prazo .....	1360
536.	Competência da impugnação .....	1361
537.	Legitimidade ativa e passiva na impugnação .....	1361
538.	Constrição patrimonial .....	1362
<b>§ 126.º Procedimento da Impugnação Incidental</b>		
539.	Requisitos da petição inicial da impugnação .....	1362
540.	Controle da inicial da impugnação .....	1363
541.	Indeferimento liminar da impugnação .....	1364
542.	Deferimento liminar da impugnação e concessão do efeito suspensivo .....	1364
543.	Prosseguimento da execução mediante caução .....	1366
544.	Recurso cabível das resoluções do juiz .....	1367
545.	Demais efeitos do recebimento da impugnação .....	1367
546.	Chamamento do impugnado .....	1367
547.	Atitudes do impugnado .....	1368
548.	Rito e autuação autônoma da impugnação .....	1369
549.	Julgamento da impugnação e recursos próprios .....	1369
<b>§ 127.º Efeitos do Julgamento da Impugnação do Executado</b>		
550.	Efeitos no caso de procedência .....	1370
551.	Efeitos no caso de improcedência .....	1371

## TÍTULO VI

### REAÇÃO DOS TERCEIROS CONTRA A EXECUÇÃO

#### 20. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO

<b>§ 128.º Noções Gerais</b>		
552.	Conceito e natureza dos embargos de terceiro .....	1372
553.	Modalidade de intervenção de terceiros .....	1375
<b>§ 129.º Pressupostos Gerais e Específicos dos Embargos de Terceiro</b>		
554.	Competência nos embargos de terceiro .....	1375
555.	Legitimidade nos embargos de terceiro .....	1378
555.1	Legitimidade ativa .....	1378
555.1.1	Noção de terceiro .....	1379
555.1.2	Posse do terceiro .....	1380
555.1.3	Embargos do compromissário .....	1381
555.1.4	Embargos da mulher casada .....	1382
555.1.5	Embargos do herdeiro .....	1383
555.1.6	Fungibilidade dos embargos .....	1384
555.2	Legitimidade passiva .....	1385

556. Integração da capacidade processual.....	1387
557. Prazo dos embargos de terceiro .....	1387
558. Objeto dos embargos de terceiro .....	1391
559. Valor da causa nos embargos de terceiro .....	1392
<b>§ 130.º Procedimento dos Embargos de Terceiro</b>	
560. Instauração e desenvolvimento dos embargos.....	1393
560.1 Petição inicial e liminar.....	1393
560.1.1 Requisitos da liminar .....	1394
560.1.2 Caução .....	1394
560.2 Rejeição liminar dos embargos .....	1395
560.3 Citação do embargado.....	1396
560.4 Efeitos da propositura dos embargos .....	1396
560.5 Mérito dos embargos e limites à cognição judicial .....	1397
560.5.1 Embargos do possuidor.....	1398
560.5.2 Embargos do titular de direito real .....	1399
560.5.3 Sumariedade da cognição.....	1400
560.6 Reação do embargado.....	1401
560.6.1 Revelia.....	1401
560.6.2 Meios de reação.....	1401
560.6.3 Limites da contestação. Ônus da prova nos embargos da mu- lher casada .....	1401
560.6.4 Indicação de provas .....	1403
560.7 Rito dos embargos.....	1404
560.8 Sucumbência nos embargos de terceiro .....	1404
561. Natureza da sentença dos embargos .....	1406
<b>§ 131.º Efeitos dos Embargos de Terceiro</b>	
562. Efeitos no caso de procedência.....	1406
563. Efeitos no caso de improcedência.....	1407
BIBLIOGRAFIA .....	1408
ÍNDICE ALFABÉTICO-REMISSIVO.....	1486